

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALZEMIRO GONÇALVES DA ROSA

**A VOZ POPULAR: O CERRO DA PÓLVORA NAS DÉCADAS DE 1960-1970 EM
JAGUARÃO-RS**

**JAGUARÃO
2015**

ALZEMIRO GONÇALVES DA ROSA

**A VOZ POPULAR: O CERRO DA PÓLVORA NAS DÉCADAS DE 1960-1970 EM
JAGUARÃO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História-
Licenciatura da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciatura em
Ciências Humanas

Orientador: Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

**JAGUARÃO
2015**

ALZEMIRO GONÇALVES DA ROSA

**A VOZ POPULAR: O CERRO DA PÓLVORA NAS DÉCADAS DE 1960-1970 EM
JAGUARÃO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História-
Licenciatura da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
Ciências Humanas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Ms. Fernanada Oliveira da Silva
UFRGS

Profa. Dra. Letícia de Farias Ferreira
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de
Curso a meus pais *in memoriam*, esposa,
filhos e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu a vida e permitiu que trilhasse a caminhada sobre a Terra dando-me a ferramenta do conhecimento para construirmos e desconstruirmos os nossos erros e da humanidade sem que percamos o amor e a humildade.

À espiritualidade que se faz presente em todos os momentos de minha vida que certamente guiou-me nesta jornada de conclusão deste trabalho.

Aos meus entes queridos, minha mãe e meu pai *in memoriam* pelo legado que deixaram de amor e simplicidade de viver a vida, e aos meus irmãos César, Clene, Fabiano, Ivete, Izete, Moacir.

A minha esposa Rosani e meus filhos Alex e Breno muito obrigado pelo amor e companheirismo dedicado durante minhas ausências, divido com vocês este especial momento que nos tornou ainda mais unidos.

Aos entrevistados Abrantino Ferreira, Aracil Batalha, Celeci Caldas, Cláudio Martins, Delia Pereira, Eunice Magale, Flor Tormens, Francisco de Assis, Ivete Rosa, Izete Nunes, José Moacir, Ledi Costa, Lia Crisantelma, Marcos Silva, Maria Clene, Maria Medeiros, Maria Nilsa, Roberto Carlos, Virgílio Santos que se colocaram à disposição. Também agradeço à Câmara de Vereadores do município, ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, e a redação do Jornal “A Fôlha”.

Aos meus amigos e colegas de curso pela amizade, lealdade e camaradagem presentes nesse convívio.

Agradeço à todos os professores que fizeram parte de minha caminhada acadêmica em especial ao professor Caiuá Cardoso Al-Alam pela orientação deste trabalho, pela condução de meu conhecimento permitindo que fosse possível atingir meu objetivo, pela humildade de compreender as minhas limitações e pelo incentivo e suporte para que este trabalho se tornasse realidade.

“As lutas chegam e passam, as provações aparecem e desaparecem, as incompreensões se fazem nuvens e se dissipam, os desafios do mundo gritam e se calam... Tudo vai passando na Terra, mas o Senhor está imutável nos recessos de nosso espírito” Chico Xavier.

“A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, dependendo do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser homem.”

HENRI LEFEBVRE

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende analisar o bairro “Cerro da Pólvora”, localizado no município de Jaguarão-RS, tendo como perspectiva permear como estes se desenvolviam econômica, política e socialmente durante as décadas de 1960-1970. As fontes utilizadas foram relatos orais da população do Cerro da Pólvora que viveu no período supracitado, as Atas da Câmara de Vereadores do mesmo período referido e as informações do jornal “A Fôlha” de Jaguarão no mesmo recorte temporal a fim de que pudéssemos problematizar nossos questionamentos, a saber: quem eram os sujeitos que lá habitavam (características sociais, econômicas, como se identificavam enquanto etnia); qual a influência do minério basalto para aquela região; qual a relação da Enfermaria Militar naquele ambiente e como se deu o processo de realocação dessa população para o bairro Kennedy, do mesmo município. Dessa forma, este trabalho será dividido em três partes: o primeiro capítulo abordará as metodologias aplicadas nesse trabalho, tanto no manejo com as fontes orais como com a análise das Atas e o processo de pesquisa nos jornais. A segunda etapa será responder quem eram os sujeitos que habitavam no Cerro (características), qual a relação dos minérios para essa população e a importância da Enfermaria Militar. A terceira e última parte desse trabalho dá conta das informações sobre a realocação dos moradores do Cerro para o bairro Kennedy.

Palavras-Chave: Cerro da Pólvora, Mineração, Etnia, Enfermaria Militar, Kennedy.

RESUMÉN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) tiene el objetivo de analizar el barrio Cerro da Pólvora, situado en el municipio de Jaguarão-RS, teniendo como perspectiva evidenciar como ese se desarrollaba económica, política y socialmente durante las décadas de 1960-1970. Las fuentes utilizadas fueron relatos orales de la población del Cerro da Pólvora que vivieron en el período supra citado, las Atas de la Câmara de Vereadores de Jaguarão del período referido y las informaciones del periódico “A Fôlha” en el mismo recorte temporal, con fines de que pudiésemos problematizar nuestros cuestionamientos, a saber: quienes eran los sujetos que allá habitaban (características sociales, económicas, como se identificaban étnicamente); cual la influencia del mineral de basalto para aquella región; cual la relación de la Enfermaria Militar en aquello ambiente y cómo se dio el proceso de reubicación de esa población para el barrio Kennedy, del dicho municipio. De esa forma, este trabajo va a ser dividido en tres secciones: el primero capítulo abordará las metodologías aplicadas al trabajo, tanto en el trato de las fuentes orales como en el análisis de las Atas y el proceso de investigación de los periódicos. La segunda etapa será responder quienes eran los sujetos que habitaban en el Cerro (características), cual la importancia de los minerales para esa población y la relevancia de la Enfermaria Militar. La tercera, y ultima, parte de ese trabajo da cuenta de las informaciones sobre la reubicación de los residentes del Cerro para el barrio Kennedy.

Palabras-clave: Cerro da Pólvora; Minería; Etnia; Enfermaria Militar; Kennedy.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA.....	13
2.1 A História Oral.....	13
2.2 Os Documentos Oficiais.....	17
3. O CERRO DA PÓLVORA, A DÉCADA DE 1960.....	20
4. REALOCAÇÃO DOS MORADORES DO CERRO DA PÓLVORA PARA A KENNEDY.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	43
7. ANEXOS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem objetivo identificar como se constituiu a formação da comunidade “Cerro da Pólvora”, localizada no município de Jaguarão-RS, afim de que possamos compreender a trajetória deste bairro nas décadas de 1960-1970 a partir de relatos orais, informações provenientes do jornal “A Fôlha” e das Atas da Câmara no mesmo recorte temporal-espacial.

A cidade de Jaguarão localizada no estado do Rio grande do Sul situada no extremo sul do Brasil e fronteiriça ao Uruguai; contudo, essa mentalidade separatista de dois conglomerados com bandeiras distintas não é o que mais se sobressai em ambos os territórios, principalmente passadas as guerras por disputas territoriais. Porém, podemos perceber que o espaço fronteiriço envolve integração e colaboração, motivadas diversas vezes por interesses econômicos, afetivos e/ou de sociabilidade. Nessa conjuntura, não podemos deixar de abordar somente Jaguarão, mas inseri-lo em um contexto geográfica e politicamente mais amplo.

Dessa maneira, o município de Jaguarão, desde o século XIX até meados do século XX, possuía uma elite agrária com influência na política regional (republicana), principalmente pela presença do sobrinho-neto de Bento Gonçalves, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que era filiado ao Partido Republicano Rio Grandense e adepto convicto dos ideais de tal filiação, como o positivismo¹ de Auguste Comte.

A cidade de Jaguarão está atualmente vivenciando um momento de valorização de seu patrimônio histórico e paisagístico, em especial com o tombamento de mais de 800 bens patrimoniais reconhecidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (RIBEIRO; MELO; LIMA, 2011). Contudo, existem espaços e referências patrimoniais que não são escolhidas pelo Estado para serem evidenciadas como, por exemplo, o bairro periférico Cerro da Pólvora (nome oficial) ou, como é conhecido pela população jaguarense, Cerro da

1 “Fausto, entretanto, salienta que o ‘positivismo, com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, continha uma fórmula de modernização conservadora do país que era muito atraente para os militares’ (FAUSTO, 1996, p. 232). O Rio Grande do Sul foi o estado em que os ideais positivistas mais se difundiram e onde esta influência aparece mais nitidamente. Carvalho justifica esta observação dizendo que ‘a tradição militar da região, o fato de os republicanos serem lá uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade local em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro talvez tenham contribuído para a adesão mais intensa às ideias políticas do positivismo’ (CARVALHO, 1998, p. 28)”. (QUEIRÓS, 2009, p.68).

Enfermaria (em virtude da importância de tal estabelecimento- Enfermaria Militar). Dessa maneira, este trabalho busca observar como se deu sua criação, quem foram seus sujeitos, suas procedências, como viviam economicamente, como eram atendidos politicamente, qual a importância da mineração e da enfermaria militar nesse local.

Desta maneira, este projeto visa, a partir da análise das fontes (orais, das informações das Atas da Câmara de Vereadores e do jornal “A Fôlha”), compreender como se deu a trajetória desta comunidade. Para a efetivação de tal propósito, nosso trabalho está dividido em três partes, que são: a abordagem metodológica utilizada por nós para a construção dessa pesquisa; a resposta por nossos questionamentos de quem eram os sujeitos que habitavam no Cerro (características sociais, econômicas e políticas) e qual a relação que possuíam com a pedreira e a Enfermaria Militar; e, por último, a apresentação de nossa busca por informações sobre como ocorreu a realocação dos moradores do Cerro para o bairro Kennedy, não somente nos aspectos quantitativos de casas, mas os impactos que aquelas famílias tiveram ao longo do processo.

O capítulo metodológico dessa pesquisa significou um passo importante para o desenvolvimento desse trabalho, pois foram as etapas elencadas por teóricos como Sônia Maria Freitas (2002), Janaína Amado (2003), Carlos Bacellar (2005) e Márcia Janotti Espig (2013) que puderam sustentá-lo, nos mostrando estágios, processos e meios de viabilizações que a pesquisa transcorre.

No capítulo seguinte, implantamos as técnicas/métodos elencados no item anterior; dessa forma, com auxílio das entrevistas semi-estruturadas, das informações das Atas e dos jornais, conseguimos permear o contexto das décadas de 1960-1970 do Cerro, observando quem eram seus sujeitos, como viviam, do que sobreviviam, qual a relação que possuíam com seu bairro. A última parte também baseou-se nos relatos orais e nos dados coletados no jornal e nas Atas para buscarmos compreender: a) como foi o processo, entendendo que este não foi somente uma mudança, mas envolvia os sentimentos daquele grupo de pessoas, os quais buscamos compreender e b) porque estes que foram escolhidos. Dessa maneira, essas são algumas das perguntas que pretendemos responder nesse trabalho.

2. METODOLOGIA

O presente capítulo tem por objetivo analisar o emprego da metodologia da História Oral (H.O), fazendo, primeiramente, um panorama dessa forma de pesquisa para, então, mostrar seu emprego específico nesse trabalho. Esta etapa retratará como foi a procura dos dados nas Atas da Câmara de Vereadores e da consulta das edições passadas do jornal “A Fôlha” de Jaguarão. Desta maneira, este capítulo será dividido em dois momentos, sendo, o primeiro, a discussão a respeito da H.O e, a segunda etapa, que tratado “passo a passo” da consulta dos documentos já referidos.

2.1 A História Oral

Para abordar a metodologia deste trabalho, é de fundamental importância compreender a história oral e um pouco de sua trajetória. Como aponta Freitas (2002), o uso da história oral é tão antigo quanto a própria “História”, tendo em vista a forma como Heródoto escrevia. Nessa perspectiva, utilizaremos o termo “Nova História Oral”, que seria o método de coletar depoimentos com o uso de um gravador.

A primeira experiência com essa prática de pesquisa teria sido realizada em 1948, com o trabalho do professor Allan Nevis (Universidade de Columbia-N.Y.), que lançou o “Projeto de História Oral” (tradução nossa), este possui, em seu acervo, mais de seis mil fitas e passando de mais de seiscentas mil páginas de transcrição.

O conhecido “boom” dessa metodologia ocorreu a partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970. Nesse período, foi fundado o *Oral History Association* (OHA) que possui um periódico chamado *Oral History Review*. Outras instituições acadêmicas, principalmente nos Estados Unidos, que visavam essa metodologia, se aprofundaram como também na Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Canadá, França, Espanha, entre outros (FREITAS, 2002, p. 12-13).

Na década de 1960, a Universidade de Essex (Grã-Bretanha) buscou um estudo inovador: pesquisar a partir das *ordinary people* (pessoas comuns) e dos relatos de idosos, visto que o movimento até aquele momento, principalmente nos Estados Unidos da América, visava à entrevista com os *greatmen* (homens

socialmente reconhecidos). Esta inovação, ligada à publicação do livro “A voz do Passado”, de Paul Thompson, contribuiu positivamente para a elaboração da metodologia e da teoria da História Oral.

No Brasil, os estudos com a história oral começaram, sobretudo após 1971 com a iniciativa do Museu da Imagem e do Som (MIS/SP) que se dedicou à preservação da memória da cultura brasileira, assim como, mais tarde, existiram mais experiências no país, como o Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, cuja fundação foi em 1972; do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligada à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); do Centro de Memória da UNICAMP (Universidade de Campinas-SP) e dos encontros realizados na década de 1990 que geraram um debate amplo e propagação de diversos trabalhos na temática, bem como interlocuções entre pesquisadores (FREITAS, 2002, p. 14-15).

Essa tardia experiência do Brasil com a História Oral, principalmente originada a partir de estudos aprofundados na década de 1990, foi acarretada pelos desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 que o país enfrentou, pois esta “coibiu projetos que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos” (MEIHY apud FREITAS, 2002, p.18). Apesar de todos os percalços, existiu um amadurecimento sobre a questão, gerando inúmeros trabalhos pelo país com laboratórios de pesquisas em diferentes universidades brasileiras.

A respeito da legitimidade dessa forma de pesquisa, alguns grupos, em especial interligados à historiografia do século XIX, encontram-se arredios a aceitação dessa metodologia. Para eles, a História Oral não se enquadra enquanto recurso para se produzir fontes, pois acreditavam que estes testemunhos teriam uma falibilidade alta, baixo valor histórico, testemunho subjetivo e uma fidedignidade comprometida, gerando informações tendenciosas.

Contudo, todo documento, seja ele escrito ou oral, possui uma posição implícita ou explícita, não alcançando a “neutralidade” que os historiadores “procuram”. Assim, a fidedignidade comprometida não estaria o par de nenhuma documentação. A respeito do baixo valor histórico, elencado por muitos pesquisadores, esses argumentam que a documentação oral deveria atuar como

complementadora de um documento “oficial”, ou ainda, como forma de entrecruzar informações para confirmar uma “veracidade” dos dados, mesmo que as entrevistas por si só acarretem fontes importantíssimas para elaboração de uma tese ou trabalho, como observamos abaixo:

O único e preciso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficiente ampla e articulada, uma secção contraditória da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos (PORTELLI, 1997, p.31).

Sobre o argumento da subjetividade presente na fonte oral, diversos teóricos que defendem essa metodologia expõem o exemplo do continente africano e das tribos indígenas brasileiras. Tanto a primeira como a segunda situação possuem sociedades organizadas a partir da História Oral, ou seja, sem a escrita como principal meio de registrar seus costumes, crenças, etc. Desta maneira, o fazer historiográfico para os pesquisadores que não têm a História Oral como opção viável de pesquisa, pode estar restrito aos dados a partir da visão somente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Destarte, poderíamos dizer que os documentos transmitidos por “terceiros” seriam limitados e subjetivos perante o que teriam com a utilização da História Oral.

A respeito das diferentes posturas encontradas pela abordagem ou não da História Oral, destacamos os estudantes da USP (Universidade de São Paulo) que tiveram uma influência francesa graças à presença de importantes professores como Roger Bastide (Sociologia), Claude Lèvi-Strauss (Antropologia), Paul Arbousse-Bastide (Sociologia), Fernand Braudel (História), entre tantos. Como aponta Paula (2002), este grupo de professores contribuiu para o processo de consolidação das Ciências Humanas em tal Universidade.

A mudança da perspectiva no panorama do estudo da História ocorreu principalmente em virtude do movimento dos “*Annales*”, que começou a pesquisar temas a respeito do cotidiano e da mentalidade, ocasionando uma “Revolução

Francesa na historiografia" em que não eram somente os documentos escritos (oficiais) considerados como fontes. Relatos orais (História Oral) e os vestígios arqueológicos seriam sim, base para pesquisas históricas (BURKE, 1997). Dessa maneira, este trabalho buscou, através das fontes orais, tanger panoramas que os "documentos oficiais" não forneciam, bem como complementá-los e também referendá-los ou refutá-los.

2.1 A pesquisa nos Acervos

A segunda fonte analisada para essa pesquisa foi o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, mais precisamente os códices do jornal “A Fôlha”, do mesmo município, durante as décadas de 1960-1970, a fim de catalogar e, na sequência, analisar as informações que se referiam ao Cerro da Pólvora. Por não encontrarmos algumas edições ou por tê-las em estado precário de conservação, recorremos também à redação do jornal.

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão está subdividido em três áreas de consulta: o Arquivo Histórico² Léo Santos Brum, a Biblioteca³ Almíro de Lima Piúmae o Museu⁴Alfredo Varela. Entretanto, para essa pesquisa, utilizaremos apenas o Arquivo Histórico da Instituição já referida, para nossa coleta das informações midiáticas concernentes ao Cerro da Pólvora.

2 “Arquivo histórico onde possui documentos da Câmara Municipal de Jaguarão, ofícios da prefeitura, e uma diversificação de revistas e jornais desde o início do século XX. Este acervo é aberto à população, mas a instituição não possui qualquer curso de capacitação aos funcionários nem para os visitantes sobre critérios básicos de arquivística e conservação de tais documentos. Entretanto, como Torres e Ribeiro apontam, a maioria dos arquivos brasileiros não possuem atividades culturais de cunho educativo (2012, p. 67) para que estes tenham o devido domínio do assunto, nem mesmo possuem espaço físico para realização destas. Sendo assim, o Instituto não foge da conjectura nacional e este nem ao menos pode pleitear verbas federais para melhorias da própria instituição por questões administrativas (processo que se desenrola há mais de cinco anos reivindicando o usocapião do prédio)” (CAMPOS, OGAWA, CÁCERE, 2013, p. 1116).

3“Uma biblioteca que não tem por objetivo o empréstimo de seu acervo, ou seja, estão mais dedicados com a preservação do livro enquanto objeto do que como veículo de conhecimento de inclusão e integração social como aponta Prado quando refere-se a uma das funções da biblioteca [...] deveriam constituir-se em “ideais para leitura, educação, organização social, cidadania, desenvolvimento sustentável, transferência de informação” e também como um ambiente que contribua para o “prazer de seus usuários” e da “libertação da mente” (CAMPOS, OGAWA, CÁCERE, 2013, p. 1115).

4 “O museu conta com um acervo variado de objetos que transcorrem sobre datações distintas. A respeito deste, pontuamos algumas críticas: o primeiro ponto está na finalidade do museu, pois este reúne, como dissemos, diversos objetos com datações diferentes, porém eles estão reunidos ao nosso ver, sem um propósito que os conecte, porque essas peças são provindas de lugares diferentes, nem sempre pertencentes a Jaguarão, e não existe uma ordem em sua apresentação. Compreendemos que no início da Instituição, por não haver muitos objetos, a mesma culminou na absorção da maioria de peças que lhe eram doadas. Mediante a isso, torna-se conflituoso unir e dar um propósito aos objetos. Um exemplo está na organização das pedras preciosas, que se encontra quase que conjuntamente com as cuias de chimarrão e lamparinas.O Museu para muitos visitantes, acaba por se tornar uma morada de ‘relíquias antigas’ com a única intenção de preservação, que por sinal, foi observada por nós como inconsistente, em virtude da exposição de fósseis a excessiva claridade e calor. A exposição do museu é feita de maneira singela, não abordando profundamente nenhum objeto e seu contexto.”(CAMPOS, OGAWA, CÁCERE, 2013, p. 1116).

A pesquisa em acervo, como afirma Carlos Bacellar (2005), é o destino de muitos jovens pesquisadores. É nessa primeira experiência que os estudantes ganham noções de organização arquivística, visões críticas das fontes e caminham junto à construção do saber histórico. Além dessas informações, Bacellar (2005) pontua como primordial saber analisar os discursos dos documentos, contextualizando-os e mostrando suas visões. Para tal, demonstra os diversos tipos de arquivos (executivo, legislativo, judiciário, cartoriais, eclesiásticos e privados), os documentos que poderemos encontrar em cada um deles e vieses de trabalhos, afirmando que um arquivo não possui menos “valor” que outro, esse varia de acordo com o pesquisador, seu interesse, suas problematizações e também o conhecimento da organização de como seu arquivo é catalogado para que faça melhor uso de tal.

Cuidados com os documentos e com a saúde do pesquisador também são importantíssimos pontos de reflexão. O uso de luvas, máscaras e aventais estiveram cotidianamente conosco enquanto manuseávamos os documentos, tanto para própria preservação do mesmo, quanto para nossa não contaminação com o pó ou demais resíduos. Percebemos que alguns já estavam se deteriorando e os passos de Bacellar (2005) como, por exemplo, colocar uma folha em branco atrás do documento facilitaram tanto no manuseio como na hora do registro fotográfico sem flash.

Para essa pesquisa em específico, buscamos os códices que continham os jornais de que necessitávamos, fizemos seu registro fotográfico e o fechamento, analisamos e selecionamos as reportagens em categorias e datas a fim de contextualizá-las para: “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir trabalho em história” (BACELLAR, 20015, p. 71).

Ao decorrer da pesquisa, percebemos que, assim como os jornais, as entrevistas foram importantes fontes para permearmos o imaginário da época; com elas, pudemos constatar/cruzar informações entre o que os moradores relatavam e o que o periódico traçava.

Os periódicos, com seu caráter de “arquivos do cotidiano” (ZICMAN, 1985), proporcionam uma visão cronológica detalhada, apesar de parcial. Sujeita, como todas as fontes, ao escrutínio e à crítica do historiador, a fonte jornalística apresenta algumas peculiaridades que a tornam relevante especialmente para

temáticas para as quais os demais vestígios são escassos ou pouco confiáveis. Para certos objetos de pesquisa, a imprensa poderá ser o único ou o melhor vestígio remanescente. Sejam quais forem as fontes utilizadas pelo historiador, devem receber uma leitura metodologicamente orientada. Um dos aspectos sugeridos seria o de uma “leitura infernal”, que segundo o historiador inglês E. P. Thompson explicita uma interpretação detalhada e minuciosa (1981, p. 36). Cabe ao historiador desvendar o aspecto “deformante” das fontes, trazendo a público e interpretando aquilo que seu autor na oquis ou não pôde mencionar (GINZBURG, 2002, p. 44). Deve-se, portanto, observar, entre o dito e o não-dito, a ordem dos discursos e filtros presentes nas variadas representações sobre o passado. Pensando na documentação de tipo jornalístico, devemos levar em conta suas especificidades. Ela está sujeita, talvez em um grau superior a algumas outras, à distorções dadas por paixões políticas, por opiniões e preconceitos, e àquilo que podemos chamar de “calor da hora”. Observe-se que, por vezes, um personagem ou acontecimento é tratado de uma forma particular; em outro momento, o discurso modifica-se repentinamente (ESPIG, 2013, p. 2).

3.O CERRO DA PÓLVORA, A DÉCADA DE 1960

Conforme referido, nesta seção o trabalho será subdividido em três etapas, utilizando a História Oral e as informações do jornal “A Fôlha” a fim de compreendermos como vivia a população do Cerro da Pólvora nas décadas de 1960-1970. Nesse ínterim, a primeira instância de pesquisa foi a coleta de dados referente à procedência dos moradores de tal bairro - quem eram esses sujeitos-, incluindo a perspectiva política, econômica e social do ambiente já referido; a segunda parte iniciou-se a partir das entrevistas e das notícias do jornal, nos quais buscamos a relação entre a população local (Cerro da Pólvora) e a extração do minério basalto; e a terceira etapa buscou coletar informações que envolvessem a Enfermaria Militar de Jaguarão, tentando delinear quais eram suas motivações, seus interesses, seus desdobramentos e qual era a posição dos moradores mediante essa intervenção da prefeitura.

Diante do exposto, teremos a História Oral como grande protagonista desse trabalho, no qual, com o apoio metodológico da pesquisadora Sônia Maria de Freitas (2002), utilizamos as etapas por ela mencionadas em seu livro “História Oral: Procedimentos e Possibilidades”. A pesquisa em questão indica as seguintes etapas para tal empreendimento: levantamento de nomes que pretendemos entrevistar; listagem inicial dos possíveis entrevistados; confecção do documento para divulgação da pesquisa (termo de cessão de gratuidade de direitos sobre depoimento oral e termo de uso ou doação do depoimento); elaboração do roteiro de perguntas para os entrevistados; transcrição das entrevistas e análise reflexiva dos relatos obtidos.

A partir desta sistemática, entrevistamos os ex-moradores, habitantes remanescentes da localidade e pessoas interconectadas diretamente com essa comunidade do Cerro da Pólvora. Após as entrevistas, podemos perceber que entre as décadas de 1960 e 1970, o bairro supracitado, conhecido também como Cerro da Enfermaria, possuía diques de basalto, os quais serviam como uma das principais formas de arrecadação de renda dos moradores.

Nas pedreiras, trabalhavam homens, mulheres e até mesmo crianças, que quebravam basalto a fim de suprir as necessidades básicas pessoais e das famílias as quais faziam parte. Através da História Oral, pudemos perceber como o trabalho exaustivo nas pedreiras não era suficiente para sanar os gastos com alimentação e outras necessidades iminentes da comunidade. Os relatos demonstram que algumas famílias viviam em extremo grau de miséria/pobreza. Contudo, apesar de todas as atribulações mencionadas, notamos na fala descritiva dos moradores locais que o Cerro era/é um lugar tido como agregador/acolhedor de todos os tipos de pessoas que estavam em busca de um “lugar seguro” para recomeçarem suas vidas, e ali encontravam espaço e principalmente “sociabilidade”.

Em concomitância, percebemos que o bairro também não excluía as “lutas por espaços”, sobretudo na área da Pedreira, sendo que cada canteira⁵ era cedida para as famílias ou individualmente pela prefeitura. Neste aspecto, percebeu-se que havia certa disputa, como observamos no relato abaixo do Sr. Aubrantino Ferreira de Lima, chefe da Pedreira:

Olha, mano, eu vou falar da minha história na pedreira do município de Jaguarão, que é muito grande. Eu assumi a chefia da pedreira em 1973 e, daí para frente, toquei até me aposentar. Anteriormente, trabalhei com o Major Nelson na pedreira, era ele que manobrava nessa época.[...] depois que assumi também fui nomeado para fiscalizar o pessoal que quebrava pedra particular com martelinho, era eu quem marcava as canteiras para eles, porque eles não podia marcar por conta própria, era tudo comandado pelo município. As pedras que esse pessoal quebrava era vendida para a própria prefeitura ou particular; era a prefeitura que estipulava o preço da pedra, que eles transformavam em brita e a pedra que eles arrancavam com o uso do pico e a mão era utilizada em alicerces, assim sobreviviam. [...] peguei o finalzinho, quando a pedreira era explorada e manobrada pelo Governo Federal, tinha uma turma de funcionários federais que trabalhavam na pedreira e esta pedra extraída era mandada para Santa Vitória, por via fluvial, por mar, como chamavam na época [...] este pessoal do Cerro passou muito trabalho, [...] havia muita disputa e eu tinha que administrar contentando um e outro descontente, porque um tinha ganho a canteira ‘melhor’ e outro a ‘pior’, essas coisas todas, e eu tinha que ajeitar e eu botava tudo em ordem. Adquiri uma amizade enorme com esse pessoal que quebrou brita a martelo, hoje só existe um ou dois que fazem esse serviço. Eu tinha muita amizade porque eu trabalhava daqui para ali, eu botava num lugar melhor ficavam contente e trabalhavam felizes. [...] até algum tempo eles se sustentavam pela pedreira, havia negócios para construção [...] Antes de o município assumir, a pedreira era federal teve várias explosões comandadas pelo Governo Federal, foi também o governo que abriu essa pedreira, depois de uns determinados anos desistiram de explorar a pedreira e recolheram seus funcionários e entregaram a pedreira para o governo municipal. [...] Naquela época o pessoal era bastante unido. (de Lima, 2014)

5 “s.f. Lugar de onde se extraem produtos minerais não metálicos ou carboníferos e, em particular, pedras destinadas a obras de arte e construções (mármore, granito)” Dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/canteira/>> acesso em. 01.12.2014



Foto1: Sr. Virgílio, último remanescente, ainda da década de 1960, que continua com o trabalho manual de quebra de pedras no Cerro da Pólvora.

Créditos: Alzemiro Gonçalves

Outras informações que ficaram evidenciadas através das entrevistas foram os fatores que levaram/motivaram as famílias a fixar residência em um lugar praticamente formado por rochas, de difícil acesso e locomoção. Esses espaços eram reduzidos, contendo poucas áreas disponíveis ao plantio, prática decorrente para a alimentação dessas famílias nesse recorte temporal. A população valia-se dessa estratégia a fim de complementar sua subsistência.

No que tange às áreas de terras devolutas no Cerro da Pólvora, a Prefeitura de Jaguarão possuía a posse de um imenso perímetro, incluindo as áreas de risco (zonas Marge adoras da pedreira). Essa extensão também foi alvo de doação do Poder Público, que incentivou o povoamento local, dando ajuda na construção de casas, no transporte material de construção e remoção/mudanças. Contudo, algumas famílias que ali se fixaram apropriaram-se da terra sem consentimento da prefeitura; outra forma de ingresso desses habitantes no Cerro foi através da compra de terrenos.

Podemos perceber pelos relatos orais que esses terrenos possuíam baixo valor no mercado imobiliário da época, pois esta população era formada por moradores da zona rural, pontos periféricos da cidade e de outros municípios como Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini e outros lugares, constituindo uma população heterogênea. Isto pode ser notado no relato abaixo da Sra. Crenes da Rosa:

Eu nasci em Canguçu, em 1950. Meu pai, desde 1957, já conhecia esta cidade e contratava em torno de 60 trabalhadores para vir trabalhar nas lavouras aqui de Jaguarão, sendo [que] alguns destes homens, no decorrer dos anos, vieram morar aqui, devido às possibilidades de exercer este tipo de atividade e também na pecuária nas temporadas de esquilas⁶. Quando chegamos nesta cidade, não conhecíamos ninguém que morasse no Cerro da Pólvora, fomos para a Vila Carvalho, onde tínhamos negócios, depósito [...], mas meu pai faliu, quando alguns granjeiros, após algumas colheitas, deixaram de pagar os trabalhadores por ele contratados, estes vindos de outras cidades. Conseguintemente, meu pai teve que sentir a perda no próprio bolso e acabamos indo morar por indicação da Prefeitura numa área verde no Cerro da Pólvora em 1961. Com 11 anos, comecei a trabalhar na pedreira com o restante da família. Meu pai passou a desempenhar atividade de carpinteiro no Lar dos Meninos, que era administrado pela Igreja Episcopal. Naquela época, várias famílias de fora da cidade começaram a construir seus barracos (casas) neste mesmo local citado. Hoje, percebo que ali moravam pessoas vindas de muitos lugares diferentes. (Da Rosa, 2014).

Dentre os diversos grupos de pessoas que habitavam nessa localidade durante as décadas de 1960-1970, uma das particularidades que percebemos foi que esta comunidade na sua maioria era constituída de moradores de baixo poder aquisitivo e, neste contexto, havia um grande número de famílias de negros que, conforme alguns relatos, sentiam-se “invisíveis”, por várias razões. Dentre os motivadores, um deles seria por estarem concentrados no “final” do bairro, numa área de risco próxima ao local das explosões e geograficamente encobertos por rochas que dificultavam a visibilidade de um lado para outro. Segundo alguns moradores, havia boatos de que este local era perigoso e muito escuro, facilitando ainda mais a “invisibilidade” destes.

Os relatos dão conta de que o Cerro foi um lugar no qual a comunidade negra teve presença muito marcante. Não por acaso estas famílias ali se estabeleceram, e isto fica evidenciado quando, em depoimentos, declaram que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho em empreendimentos tais como comércio, lojas, mercados e outras atividades terciárias em Jaguarão, bem como no outro lado da fronteira, em Rio Branco- Uruguai. Assim, restava-lhes como alternativa o trabalho manual na pedreira, na pecuária e na agricultura.

Para as mulheres e as meninas, a atividade na pedreira também era comum. Acrescenta-se a isso, o fato de que também possuíam uma segunda jornada, na qual desempenhavam o papel de empregadas domésticas e lavadeiras (executado na orla do rio Jaguarão e nos tanques das lavadeiras⁷, este serviço demandava,

6 O mesmo que tosquiar ou tosar.

7 Localizado no bairro Cerro da Irmandade, Jaguarão- RS.

além de esforço físico⁸, um desgaste psicológico, pois existiam disputas por espaços nos tanques).

Fica evidenciado, através dos relatos orais, que houve uma exclusão dessa parcela da sociedade no que se refere à inserção em alguns trabalhos, pois segundo os mesmos, existiam preconceitos naquele período, que dificultavam o acesso deles ao mercado de trabalho formal. Dessa forma, a atividade de doméstica era corriqueira e informal, ou seja, sem registro em carteira de trabalho, sem salário fixo e o desrespeito aos direitos trabalhistas. Apenas existia um acordo baseado na vontade do “patrão”. Algumas meninas trabalhavam pela alimentação e com a promessa de acesso à educação, fato que na maioria das vezes não era concretizado.

A dificuldade por um trabalho estável excluía esta parcela da população de ter acesso aos bens elementares, responsáveis pela formação da personalidade do ser humano, no que tange à auto estima, que é fundamental para construção da identidade. Neste mesmo viés, podemos perceber que as crianças sofriam em uma escala alta, pois quando tinham contato com outras pessoas no contexto escolar, passavam a ter consciência de suas realidades e isso repercutia, na maioria das vezes, no rendimento escolar e na exclusão social. Exemplificamos a situação com o relato abaixo, de dona “Maria” (nome fictício),sobre sua infância.

Senhor, não foi nem uma vez nem duas, foram muitas vezes que sentimos fome, chegávamos a ficar um dia inteiro sem comer, aguardando que uma alma boa viesse nos ajudar, às vezes tínhamos uma estratégia, íamos até a casa da minha "madrinha", ficávamos na garagem que dava acesso à cozinha, ali nós enxergávamos a família almoçando e as crianças tomando refrigerante, voltavam e repetiam a comida e nós ali; uma dessas vezes aconteceu um fato já ocorrido há mais de 50 anos e permanece vivo em nossa mente.Uma pessoa das famílias, depois de comer, dirigiram-se a nós e disse:'hoje não sobrou nada'.Olhamos uma para outra e respondemos ao mesmo tempo:'de tanto olhar vocês comendo até a fome passou'. Relatando isso hoje, parece até um conto, mas era realidade muito comum naqueles tempos (Maria, 2014).

Outros dados obtidos dizem respeito às condições de moradia em que eram constituídas as habitações do Cerro da Pólvora, predominando a falta de estrutura e investimentos nas necessidades básicas como no abastecimento de água, luz, esgoto, assim como também eram expostos às explosões na pedreira (frequente uso de dinamite), colocando em risco de morte as famílias localizadas naquele local.

8 Este serviço era informal e baseava-se na busca da lavadeira recolher na casa do cliente as peças, ir ao local de lavagem, passá-las e entregá-las novamente ao cliente.

Outro problema de infraestrutura era a falta de locais para recreação, escolas, postos de saúde e transporte.

Frente a esses fatos narrados, é inevitável dizermos que estamos diante de um processo de segregação social e sócio espacial, que ocorreu no Cerro da Pólvora nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto histórico temporal, os relatos evidenciaram a falta de visibilidade a que essas pessoas eram submetidas e a maneira como eram estigmatizadas pela sua condição econômica, social e racial, como podemos vislumbrar no depoimento abaixo:

A situação era difícil, não se tinha água e luz, que só chegou aqui em casa para nós em 1981. Em relação às famílias, além de quebrar pedra, outra atividade era cortar arroz com foice nas granjas e trabalhar nos engenhos na época da safra. Com 13 anos, comecei a quebrar pedras, depois, em 1979, trabalhei na pedreira como funcionário da Prefeitura. Era um trabalho muito pesado, tínhamos que carregar os caminhões com pedras para calçamentos. [...] pontos negativos além da falta de água e luz era o fato que tinha que se recolher cedo. A Brigada Militar patrulhava e a lei era muito rigorosa, era época da ditadura. [...] Ponto positivo que tenho guardado na lembrança eram as festas que o Padre Luiz fazia no Cristo edo Sargento Cruz do Exército que fazia festa de São João também no Cristo [...] na época não tínhamos líderes comunitário, era direto com a Prefeitura [...] minha mãe não quis ir morar na Kennedy, ela era viúva e não ia conseguir pagar a prestação da casa e tarifas de água e luz, nós no Cerro não tínhamos esses encargos, portanto trazia insegurança. [...] É importante que nossas histórias continuem vivas; o que pedimos é que em nome do progresso não destruam nosso passado, que os aterramentos não acabem com as pedreiras que é nosso bem maior, que nos permitiu estarmos aqui firmes e fortes e principalmente este lugar representa a memória de nossos antepassados (Francisco de Assis Pereira da Silva, 2014).

Conforme o depoimento acima, podemos reverberar essas informações mediante as notícias que eram emitidas pela imprensa local, as quais pontuavam a marginalização da comunidade em questão, referindo-se a ela de forma pejorativa:

Aqui estamos junto aos leitores deste semanário para falar novamente do Cerro da Pólvora. Oportunamente, frisamos a situação caótica dos membros daquele subúrbio, cuja propriedade econômica toca os extremos da verdadeira miséria. Hoje, porém, queremos nos referir ao trabalho de assistência social, que, para minorar aquela situação esta realizando o Apostolado da oração dos Homens, ajudado por algumas senhoras. Essa entidade religiosa [...] conseguiu construir abrigos para duas famílias. São duas casas modestíssimas, feitas com tábuas, que talvez já tenham protegido garrafas de whisky e hoje estão abrigando carne humana, filhos de Deus, pessoas que sentem, choram e sorriem como aqueles que têm casas confortáveis e automóveis de vários tipos; são casas cobertas de palha em cima, dessa mesma palha que já abrigou pássaros livres e sem problemas de habitação que não se preocuparam com que abrigar seus filhinhos nas noites frias, porém hoje está servindo para proteger dos frios invernais a esses novos irmãos em desgraça. [...] Estudos no Círculo Operário um conferencista falando sobre “Problemas da Comunidade”, expôs um plano de construção de casas, preparado pelo A. O. Dos Homens, que parece contar inclusive, com apoio

dos poderes públicos municipais, gesto altamente louvável por certo. (A Fôlha, 1963)

Abaixo, duas fotos dos casebres no Cerro da Pólvora durante as décadas de 1960-1970:

Fotos 2e 3: Ilustrações das habitações no ano de 1963:
Arquivo pessoal da família Gonçalves Rosa.

A partir dessas situações, é importante afirmar a relação de identidade⁹ e território que os moradores do Cerro da Pólvora construíram ao longo do tempo; a ideia viva de sentimento de pertença àquele espaço, através de suas práticas e vivências, emerge nos relatos destes personagens e também nos daqueles que não habitam mais este mesmo espaço territorial, pois estão ligados pela afetividade e reafirmam suas identidades através de suas falas.

Grande parte dessas famílias manteve-se unida pelos mesmos propósitos; tal unidade passava pelas atividades de trabalho na pedreira e fazia dela um elo que tornava todos que ali estavam aparentemente iguais. Mas esses moradores também estavam ligados – e isto pode-se perceber em alguns relatos – por sentimentos religiosos que, em dados momentos, evidenciavam certo sincretismo. Porém, é

9 “Um dicionário inteligente, como o Robert, desvela em algumas linhas a dupla significação daquilo que a palavra ‘identidade’ recobre como equivalente da ‘mesma coisa’ ou de ‘mesmidade’, de modo mais abstrato. A primeira significação é de jurisprudência e de direito: ela conduz ao objetivo material chamado ‘carteira de identidade’ em certas províncias da Europa. Ao passo que o segundo valor semântico evoca a consciência que uma pessoa tem de si mesma ou que é ser si mesmo, em suma o sentimento de identidade pessoal de um indivíduo contemporâneo, pressionado no dia a dia a cultivar a identidade do mais ‘personalizado’ si.” (DETIENE, 2013).

importante relatar o papel que tiveram estas instituições neste processo de sociabilidade e integração dessa comunidade.

No Cerro da Pólvora, em 1961, conforme edição do jornal “A Fôlha”, foi erguido um monumental Cruzeiro, símbolo da Igreja Católica, demarcando seu espaço neste local de extrema importância para a cidade de Jaguarão. Segue abaixo a mensagem deixada pelo colunista, P. C. JOHANNES:

Colocado num ponto culminante do Cerro da Pólvora dominando toda cidade, aquele cruzeiro será uma pregação perene e veemente para todos os que contemplarem. Dos lábios do Salvador Crucificado brota naturalmente a palavra ESPERANÇA. [...] Se o demônio do desespero nos tentar olhe para a cruz, na qual Jesus de braços e coração abertos, nos espera... Dos lábios lívidos de Jesus Crucificado, parece ouvir-se a palavra coragem. [...] Dos lábios doloridos de Jesus Crucificado parece irromper a palavra AMOR. [...] Jesus por certo, não teria dado sua vida pelos nossos bens e pelas nossas propriedades, talvez nem pela nossa saúde e nosso bem estar, mas ele a deu contente e generoso pelas nossas almas imortais. Ao olharmos para o crucificado do Cerro da Pólvora lembremo-nos [...] da bondade e misericórdia. (A Fôlha, 1961)



Foto 4: Monumento do Cristo em Jaguarão-RS
Créditos: Alzemiro Gonçalves

Como podemos perceber através da matéria acima, essa nos remete a uma reflexão. O leitor é levado a ter a sensação de que o colunista estava escrevendo olhando para a realidade do povo do Cerro da Pólvora e que por eles rezava pelos desafios do mundo, presentes em suas vidas. A espiritualidade estava presente naquela comunidade na força da natureza, representada através das pedreiras, que têm um significado especial aos espiritualistas, conforme relata “Mãe Nice”:

Antes de tudo, gostaria sim de deixar um relato. Além do fato de eu ter nascido no Cerro da Pólvora, minha mãe ali também nasceu. Este lugar tem um significado espiritual e religioso para mim; ali está a pedreira, é de Xangô. Eu, como eu sou filha de Xangô, esta parte do Cerro da Pólvora, junto a pedreira, é importante para mim e meus irmãos de espiritualidade, é uma relíquia, algo de muito valor [...] Essa História do Cerro, da pedreira, que vocês estão fazendo, esse trabalho bonito, mantendo viva a memória, fazendo com que a gente recorde; falando contigo eu me emocionei, lembrei de minha infância. [...] tivemos nossos momentos de alegria que desfrutamos na pedreira, na Enfermaria, porque tínhamos as amizades mais verdadeiras, amizades eram sinceras mesmo, elas se solidificavam porque até hoje me dou com alguns que se criaram ali comigo que hoje eu ainda continuo na volta. [...] sofria preconceito porque nós éramos da periferia, excluído principalmente pela cor. [...] a gente ia de chinelo de dedo para escola, nós éramos bem humildes, já sentíamos na pele o racismo e a diferença de classe social. [...] Meu nome é Eunice, na minha religião me chamam de Nice de Xangô, mãe de Orixás. Uma das mensagens que eu gostaria de deixar e que continuasse vivo, esse contato essa oportunidade principalmente de nós negros de ter acesso a faculdade, porque este espaço tem sido muito importante dentro da nossa sociedade, e contribui para resgatar um pouco da nossa história [...] parte da história da nossa comunidade do Cerro da Pólvora, e Jaguarão.

Diante do relato acima, acreditamos que esta comunidade, por suas características peculiares, exercia um papel agregador, com a convivência de diversas culturas religiosas e ritos diferentes. Neste espaço conviveram benzedeiras, padres, espiritualistas, reverendos e pastores evangélicos. Estes, buscavam seus fiéis de acordo com sua doutrina e, em contrapartida, ajudavam as famílias que passavam/viviam com muitas dificuldades econômicas. Nas entrevistas com os moradores do Cerro da Pólvora e do Bairro Kennedy e nas edições do Jornal “A Fôlha” foi possível observar as citações feitas aos religiosos mencionados abaixo.

As instituições religiosas como a Igreja Católica e Anglicana (Episcopal) ocuparam um espaço considerável entre os moradores da localidade. Essas instituições buscavam suprir as necessidades “espirituais e carnais” com atividades/intervenções para as famílias mais necessitadas, cedendo alimentação, vestuário e auxílio religioso.

Os relatos aqui mencionados estão permeados de reconhecimento e respeito pelo trabalho realizado pelo Reverendo Helondino Alves de Oliveira e o Padre Luiz Armínio Carponio que lideravam algumas famílias cadastradas. Estas participavam de reuniões para receber ajuda como alimentação, vestuário e assistência à saúde familiar. Alguns desses investimentos da Igreja Episcopal provinham dos Estados Unidos da América, através de um convênio que estipulava que cada morador tinha

um padrinho estadunidense e sua família recebia alimentos como leite em pó, farinha, aveia granulada e feijão branco.

Os religiosos encarregaram-se de amenizar a situação de uma parcela de moradores menos favorecidos diante da ausência do poder público, que certamente tinha outra visão de políticas assistenciais¹⁰, durante aquele período. Porém, não podemos deixar de ressaltar que, entre as décadas de 1960 e 1970, os entrevistados apontam o nome do prefeito José Nogueira Pinto Machado e sua administração voltada às questões do Cerro da Pólvora, principalmente na parte da comunidade que estava situada na área de risco, próximo à pedreira, que foram vítimas do sistema exploratório que atingiu de forma desrespeitosa as famílias que ali estavam. Não poderíamos deixar de registrar o trabalho assistencial realizado pela primeira dama Sra. Nirla Mendes Pinto Machado para esta comunidade carente, sendo relembrado por muitos entrevistados.

Este mesmo Cerro da Pólvora, que acolheu tantas famílias de origens diversas, as quais enfrentaram grandes desafios ao longo de suas lutas, também foi capaz de abrigar em seu “seio” um dos maiores símbolos do patrimônio arquitetônico de Jaguarão, a “Enfermaria”. Tal símbolo é alimentado por representações da memória popular vivenciadas por essa comunidade. Exemplos destas representações permeiam os depoimentos de alguns moradores, os quais afirmam que este lugar era assombrado, rodeado por “almas penadas”, onde se ouviam vozes e enxergavam-se vultos.

Neste contexto histórico do Cerro da Pólvora, é importante caracterizar a Enfermaria, que disputava neste espaço geográfico a afirmação quanto nome do bairro, pois muitos passaram a conhecer essa localidade enquanto “Cerro da Enfermaria”, porém o nome Pólvora predominou oficialmente:

O desafio de compreender o mundo em que se colocam os geógrafos requer também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. [...] Apesar de a racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

10 Estes trabalhos dos religiosos baseavam-se nas disputas entre instituições para cooptar pessoas e assim criar hegemonias para fortalecimento de status social e força política.



Foto 5: Enfermaria Militar na década de 1963

Acervo pessoal da família Vaz.

A Enfermaria Militar foi concluída em janeiro de 1883, após um projeto frustrado de construção de um “Forte”. Sua estrutura, em formato de muralhas, nos remete a uma viagem ao passado de lutas e guerras, que fazem parte de nossa História- território fronteiriço (Franco, 2013). No início da década de 1970, o prédio começou a ser desativado, mas, em meados de 1963, a Enfermaria Militar foi utilizada para outras atividades, no período que antecedeu ao Golpe Militar de 1964. Segundo o Sr. José Moacir Nunes:

Olha, a gente na época era menino, mas sempre se tem uma lembrança, lembro que em 1963 houve um grande movimento, uma grande movimentação em Jaguarão (helicóptero) e várias prisões de oficiais e sargentos do exército [que] provavelmente eram contra movimento político das Forças Armadas, onde suas armas foram exposta na livraria, a Miscelânea, localizada na Avenida 27 de Janeiro, hoje em frente do Banrisul, onde está a farmácia Panvel. [...] a enfermaria depois passou a ser um presídio de militares, que cumpriam pena disciplinar, então a gente acompanhava tudo, quando descíamos o Cerro e passávamos pela enfermaria e víamos aquele movimento e também presenciamos as transferências do pessoal que estava na enfermaria. Depois o local passou a ser uma escola onde funcionou por vários anos [...] e aquele pessoal que estava preso depois da revolução não voltou para a enfermaria, nem a enfermaria reativou suas atividades, nem como presídio. [...] Mas conheci amigos do Cerro que ali estudaram (NUNES, 2014).

Dessa maneira, através das informações de Franco (2001) e do relato oral do Sr. Nunes, podemos perceber como o ambiente da Enfermaria alojou diversos contextos desde sua idealização, sendo uma fortificação estratégica da fronteira, transformando-se em Hospital Militar, servindo como prisão e, por último, escola.

Uma realidade marcante nessa localidade foi o período em que o prédio serviu de prisão, como podemos observar no relato abaixo, da Sra. Maria Gonçalves Medeiros Garcia:

[...] lembro que existia uma tabela no porão que dizia onde ficava os presos políticos na época da ditadura em 60 [...] Na enfermaria, lá na frente tinha um porão que dava pro pátio. Eu lembro quando era pequena, que meu vizinho, Sr. Velasque, havia sido preso lá, mesmo não sendo militar. Ficávamos conversando com ele pelo arco do porão, pois os presos ficavam olhando para a rua [...].

O término de suas atividades nos levou a um questionamento sobre o impacto de seu fechamento para a comunidade do Cerro da Pólvora, pois este local, ao longo dos anos, foi sendo alvo de depredação, bem como seus utensílios foram levados como, por exemplo: telhas, madeiramentos, portas, janelas, pisos e outros.

Segundo o relato de Garcia (2014), grande parte dos indivíduos que se apossaram dos materiais referidos acima eram moradores da própria comunidade do Cerro da Pólvora e adjacências. Conforme a mesma, a retirada desses ocorreu em poucos dias, sendo sua riqueza arquitetônica consumida a cada utensílio retirado.

O fechamento de suas atividades não trouxe aparentemente prejuízos econômicos e sociais para comunidade do Cerro da Pólvora, mas o que foi possível perceber foi a perda afetiva muito presente na história dos moradores, que perpassam pelas lembranças do tempo de crianças, que quando frequentavam aquele local. [...] Naquele local soltávamos pipa, frequentávamos a escola, conversávamos com os guardas.

Após o processo de tombamento, no ano de 2009, as ruínas da Enfermaria Militar passam por um processo de revitalização de sua antiga infraestrutura, assim como a construção de ambientes para fins patrimonialísticos e turísticos.

De acordo com o prefeito, existe um projeto de “revitalização” do Cerro da Pólvora, incluído no PAC-2. Através do investimento, 197 famílias receberam regulamentação fundiária e escoamento sanitário individual. Desses famílias, 10 serão beneficiadas com moradias realocadas e 86 com moradias reformadas. Ainda é previsto um espaço de lazer, utilizando a área das pedreiras como praça (brinquedos, palco para eventos, banheiros e espaço para reuniões da comunidade) e área esportiva, com campos de futebol e quadra de vôlei, também serão feitas sinalização, drenagem, construção de calçadas e pavimentação (ZOI, 2012, p. 93).

Contudo, em entrevista com o atual prefeito municipal de Jaguarão, Sr. Claudio Martins (2014), este declarou que o processo de revitalização da mobilidade urbana da região do Cerro (anexo1) seguiu algumas etapas, como a comprovação dos lotes¹¹ pelos moradores que lá habitam, porém muitos estão situados de forma irregular, outros fixados a um período recuado o que torna o trabalho de censo ainda mais demorado.

A partir dessa primeira etapa, Martins (2014) afirma que a próxima tarefa da prefeitura será a pavimentação¹² do entorno do Centro de Interpretação do Pampa. Segundo o mesmo, os recursos para tal desenvolvimento estão garantidos por emendas parlamentares pleiteadas pelo deputado federal Henrique Fontana (PT), bem como a verba para a concretização do projeto de uma praça local¹³.

Contudo, a partir das entrevistas orais com moradores que seriam contemplados com a revitalização, estes relatam que ainda não houve um contato entre as partes governamentais e eles. Percebemos que eles mostraram falta de conhecimento no que tange aos detalhes das modificações (anexo 1) que ocorrerão no entorno da Enfermaria Militar e adjacências.

11 Loteamento de matrícula 139.

12 “Ruas: João Azevedo até o Cristo e em todas as Ruas transversais até a Avenida 27 de Janeiro” (Martins, 2014).

13 Antiga Rua C, atual Rua Adão Pereira das Neves.

4. A REALOCAÇÃO DOS HABITANTES DO CERRO DA PÓLVORA

Após o Golpe Militar de 1964, a história do Cerro da Pólvora começa a tomar outra dimensão, pois com o novo contexto político nacional, este prezava por uma reorganização espacial de alguns bairros, em especial, afastando dos centros aqueles que possuíam estereótipos ditos negativos. Dessa maneira, o Governo, em forma de incentivos imobiliários, promoveu a remoção de famílias pobres de áreas consideradas “de risco”, favelas e locais periféricos com problemas de acesso à mobilidade urbana, afastando-as cada vez mais do centro com a ilusão de que estariam mais bem alocadas.

A centralização política e administrativa do período da Ditadura traduzia-se na maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para pôr em prática o antigo ideal remocionista. Por outro viés, o projeto de desenvolvimento nacional propiciava as condições para a execução do propósito de ordenar o território urbano numa escala jamais vista. [...] Em agosto de 1964 (Lei 438021/08/194), o governo militar recém-instaurado criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão financiador e responsável por programas habitacionais. Inicialmente sem fontes de recursos, a atuação do banco ganhou força em 1967, quando passou a contar com recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o que ampliou consideravelmente o capital disponível. (BRUM, 2013, p. 181).

Este projeto do Governo tem, em sua essência, o objetivo de criar um novo perfil de sociedade, vendendo uma imagem de unidade. Este sistema político faz parte de estratégias populistas e expansionistas da gestão em questão, que buscava ampliar este modelo, o qual dialogava com os interesses do mercado imobiliário.

Segundo Cariello Filho (2011), as políticas de habitação praticadas durante a Ditadura Militar tinham como recurso para a construção de moradias o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e as cadernetas de poupança, incentivos esses que serviram para atrair as “massas”. O órgão responsável pelo financiamento das casas foi o BNH (Banco Nacional de Habitação) repartindo sua ação em três frentes: o “mercado popular” que tangenciava famílias que tinham renda entre um e três salários mínimos; o “mercado econômico” que cobria pessoas que ganhassem de três a seis salários mínimos; e o “mercado médio”, composto por populações com renda familiar superior a seis salários mínimos.

Nessa perspectiva, os incentivos para cada frente eram tangenciados por um órgão: os do “mercado popular” eram apoiados pelas companhias estaduais ou municipais (COHABs); as de “mercado econômico” eram dirigidas pelas cooperativas habitacionais; e o “mercado médio” era atendido pelos agentes privados do Sistema Financeiro de Habitações (integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e da Caixa Econômica Federal. Os programas do “mercado médio” atenderam dois terços de toda produção do BNH (CARIELLO FILHO, 2011).

Ao tangível de Jaguarão, mais especificamente no Cerro da Pólvora, as primeiras iniciativas de realocação dos moradores desta localidade ocorreram quando a Prefeitura Municipal decidiu alojar oito famílias que moravam em áreas de risco (expostas às explosões da pedreira do Cerro) em um prolongamento na Rua Júlio de Castilhos.

No dia 24 fevereiro de 1967, ao entardecer, realizou-se o ato festivo da entrega das residências a favelados do Cerro da Pólvora, selecionados por uma comissão especial favorecendo oito famílias extremamente necessitadas, contando com um amplo imóvel destinado ao Centro Social, casas estas construídas em alvenaria de tijolos e dotadas de conforto e higiene tal como luz elétrica, água e esgoto. (Jornal “A Fôlha”, 04.03.1967).

Fotos 6 e 7: Casas do Prolongamento da Júlio de Castilhos
Arquivo pessoal da família Gonçalves Rosa.

Ao nos depararmos com a notícia, percebemos o tom que a imprensa empregava sobre os moradores daquela localidade, referindo-se a eles como os “favelados do Cerro da Pólvora”. Dessa forma, podemos relacionar a notícia aos relatos colhidos em nossa pesquisa. Estes, referendavam que eles eram conhecidos perante a sociedade como sujeitos marginalizados, alvos de diversos preconceitos somente por estar residindo em uma determinada localidade, o que acabava por

gerar afastamento das demais camadas, pois não conseguiam empregos, não eram alvos de políticas públicas (atendimento à educação, saúde, transporte), etc. Nessa primeira etapa em que essas famílias foram realocadas, percebemos pela matéria (Jornal “A Fôlha”, 04.03.1967) que as casas feitas em alvenaria possuíam acesso à higiene (banheiros dentro da residência - hábito não comum na construção de casas da época no Cerro) água, luz, esgoto. Segundo Ledi da Silva Costa (2014), para viabilização dos gastos referentes à construção dessas primeiras habitações, foram levantadas verbas públicas, arrecadações de entidades sociais e religiosas (Igreja Católica) com o slogan “Ajude-nos a resolver o problema da comunidade” para que o processo de entrega das casas fosse agilizado.

Nesse ínterim, também junto às novas residências entregues, foi construído um Centro de Social que segundo o Jornal “A Fôlha” (04.03.1967) teria objetivos políticos, econômicos e sociais, pois conforme Ledi Costa (2014), este ambiente serviria para exposição e comercialização de artesanatos e afins¹⁴, reuniões de bairros, bem como realização de missas.

Posterior a essa primeira leva de casas entregues, existiram outros projetos habitacionais como a “COHAB” (Companhia de Habitação), notícia essa veiculada no jornal “A Fôlha” (01.04.1967) em que a Prefeitura Municipal vendeu em preços mais acessíveis mais 35 residências¹⁵. Contudo, percebemos que o público alvo não era somente os moradores do Cerro, mas englobava a população jaguarense que possuía um trabalho regular.

[...] A Prefeitura Municipal entrega domingo último, como verdadeiro presente de Páscoa a diversos contemplados, das primeiras 35 casas populares da vila Kennedy no prolongamento da rua Julio de Castilhos, onde brevemente mais 94 residências serão distribuídas, seguidas de 100 habitações, que no local será construído. O plano é parte de convenio firmado entre a Prefeitura, Aliança para o Progresso e o Banco Nacional de Habitação, desencadeado neste empreendimento de grande alcance social [...] moradias para operários e pessoas mais necessitadas. Discursaram no momento as seguintes pessoas: Dr. Rubens Marques como governador da cidade fazendo entrega do grupo residencial à vila que tomou o nome do insigne estadista americano John Kennedy; Dr.Curi na qualidade de representante da COHAB; [...] Dr. Leo Loder em nome da família do

14 Conforme o relato de Ledi Costa (2014) o comércio não teria sido fomentado e auxiliado por entidades políticas, dessa forma, os moradores não tiveram capital para gerir tal empreendimento, acabando por tornar o recinto em questão apenas um local de cunho social e político.

15 Os moradores que foram contemplados por essas 35 casas entregues passaram por um processo de seleção, na qual foi verificado se estes poderiam dar prosseguimento ao pagamento das parcelas das residências em questão. Dessa maneira percebemos o porquê de a maioria dos novos moradores serem de órgãos públicos, pois possuíam determinada estabilidade financeira.

extinto construtor prático Martins Braga, a quem foi dado nome de uma das ruas da Vila Kennedy, e o Padre Florencio Lunelli, que também após abençoou. [...] o ato solene contou com autoridades e povo geral [...] na ocasião foi inaugurada outra rua com o nome de Gustavo Guimarães em memória do saudoso artista carpinteiro.(Jornal “A Fôlha”, 01.04.1967).



Foto 8: Casas entregues pela COHAB
Arquivo pessoal da família Perez.

Em entrevista com Marco Antônio Ferreira(2014), este relatou que alguns dos contemplados dessa segunda entrega de domicílios eram funcionários públicos de pequeno e médio escalão. Dessa maneira, percebemos que as políticas públicas não se empregavam somente aos mais carentes, mas abrangiam pessoas com condições financeiras de médio porte. Essa forma de redistribuição de imóveis pode ter duas conotações: a primeira delas é positiva, por dar condições de aquisição de moradias a diversas pessoas; porém, há também um aspecto negativo, pois muitos indivíduos realmente pobres não ingressariam nessa política habitacional já que não tinham condições nem de prover sua alimentação básica, quanto mais de pagar as mensalidades de uma casa própria, mesmo que a baixos custos.

Os resultados das políticas habitacionais durante a Ditadura Civil-Militar, segundo Cariello Filho (2011), indicam que, entre 1964 e 1969, as casas construídas tiveram por intermédio as Companhias de Habitação (COHAB), sendo totalizadas 178.227 unidades (40% do total); o segundo período (1970-1974) atingiu 157.748 casas construídas e houve decréscimo para o público popular, sendo somente 28% destinadas aos mais carentes; a terceira e última fase (1975-1980), época do dito milagre econômico, atingiu 749.911 habitações cuja maioria foi destinada aos mais populares devido às grandes manifestações em oposição ao regime.

Este processo de deslocamento das famílias que já estavam integradas em sua comunidade provocou um abalo emocional por várias razões, seja na questão

afetiva, seja nos laços de famílias, que eram rompidos não por sua vontade, mas por imposição.

Minha vida era muito difícil e não era diferente das demais pessoas que vieram morar na Kennedy no prolongamento da Julio de Castilhos. Todos nós oriundos do Cerro da Pólvora tínhamos uma situação difícil. Minha mudança veio no caminhão da prefeitura junto com a mudança de outras famílias.[...] Praticamente não tínhamos móveis, na verdade, nem onde dormir. Quando chegamos à Kennedy lembro que havia apenas a escola Amaro Junior e a Igreja Católica estava em construção, posterior a Igreja Episcopal. No início, senti muita saudade do Cerro, até hoje gosto de lá, trabalhei muito quebrando pedra e meu marido também trabalhou na britadeira. [...] O que foi mais difícil para nós quando chegamos à Kennedy era orar com os compromissos que era pagar as taxas da casa, luz e água era muito complicado não se tinha renda fixa, seguidamente a luz e água eram cortadas, causava constrangimento, podemos assim dizer, agente sofria muito com isso. Com o passar dos anos, aos poucos nos acostumamos com o novo lugar e com as melhorias na qualidade de vida, mas foi muito difícil no início (CELECI CALDAS, 2014).

No depoimento acima, podemos perceber que a remoção dessas famílias do Cerro para o Kennedy foi carregada de sentimentos, pois nem todos queriam sair de suas casas e romper com sua história. Conforme relatos, foi certamente um recomeçar para quem passou grande parte da vida recomeçando, o que gerava insegurança e certo constrangimento, pois muitos deles podiam estar em uma residência melhor, mas estavam propensos a constrangimentos como cortes de água e luz, às vistas dos demais moradores. Tal panorama é referendado nos relatos dos que recordavam que muitos daqueles que possuíam certa estabilidade financeira acabavam por segregar os demais, cenário esse observado entre as crianças, que reproduziam os discursos dos adultos, e acabavam por discriminar os mais necessitados.

A realocação dos moradores do Cerro para o Kennedy não seguiu um processo tão ágil, muitos estavam resistentes à mudança. Dessa maneira, o poder executivo buscou fazer mediações com tais famílias, argumentando que teriam melhores condições tanto nas áreas de educação (Escola Amaro Júnior- já existente nos anos de 1967), transporte (linha de ônibus tangenciaria a localidade), segurança (posto policial - porém sua implementação foi posterior aos anos de 1970), recreação (praça que incluiria brinquedos para crianças e campo de futebol) e a criação do Centro Social (de utilidade já referida).

Côncios de todos os benefícios, alguns aproveitaram as melhorias e se mudaram voluntariamente, contudo, a minoria que se mostrava sólida ao desejo de

permanecer no Cerro passou por um processo em que a força dos agentes da prefeitura predominou e derrubou as casas da zona mais crítica da pedreira.

Observamos nesse panorama que existiam diversos fatores político-econômicos envolvendo a localidade. É necessário perceber que estes moradores alocados na zona de risco causavam uma retroação da fábrica de brita, que não poderia utilizar o território para avançar nas explosões e assim suprir as demandas de vendas das pedras. Dessa forma, tanto a fábrica como a prefeitura se mantinham em uma zona perigosa, pois se a pedreira causasse alguma morte (devido às explosões) estas teriam, respectivamente, como consequência o fechamento e o prejuízo dos trabalhadores desempregados, além do pagamento de taxas indenizatórias às vítimas e/ou familiares.

Assim sendo, fica claro que a exploração econômica da pedreira falou mais alto que o sentimento de identidade do território, e repercutiu em seus moradores de maneira direta ou indireta, já que os grupos se dividiram em mudanças voluntárias e famílias despejadas e silenciadas pelo poder. Dessa maneira, tomamos conhecimento através das entrevistas de que muitos moradores ou acabaram por se esquecer das misérias que passaram no Cerro (tendo na “nova” conjuntura uma residência melhor) ou deixaram suas lembranças no passado por terem vivenciado processos traumáticos, como, por exemplo, o episódio da desapropriação e derrubada de suas casas. Momentos como esses alçam a memória a um patamar ímpar, pois resgatam acontecimentos marcantes (embora, à primeira vista, esquecidos) visto a seletividade que possuímos mediante as lembranças que colecionamos ao longo de nossas vidas:

A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que "incomodam" são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual (FREITAS, 2002, p.61).

Conforme relatos de Maria Nilsa Costa (2014), para com os moradores do Kennedy, havia uma distinção provocada pela imprensa escrita e falada que, por um longo tempo, colaborou no processo de diferenciação negativadessa comunidade. Podemos acrescentar como fator agregador a essa visão os discursos políticos, que

sempre se referiam aos moradores como os “flagelados do Cerro da Pólvora”, mesmo habitando em outra localidade.

Portanto, os moradores e ex-moradores do Cerro da Pólvora continuavam sendo alvos de preconceito, como supracitado, e ainda persistiam na busca por espaço dentro da sociedade jaguarense, principalmente no âmbito econômico (ingresso no mercado de trabalho, o qual foi se alargando ao decorrer dos anos). Como balanço, podemos observar que é inegável elencar que os ex-moradores do Cerro da Pólvora foram se adaptando à nova realidade, em um local no qual possuíam uma estrutura prévia de escola, acesso à água encanada, luz, esgoto, centro social, etc. Nesse novo ambiente, muitos acabaram por esquecer-se da situação anterior no Cerro, em que se preponderava de forma mais enfática os estigmas de “flagelados” e “marginalizados”.

Assim, através dos relatos orais e das reportagens do jornal “A Fôlha”, percebemos como a memória e os registros se tornam fundamentais para a pesquisa acadêmica, pois, como já referido, muitos moradores, tanto da Kennedy como do Cerro, acabaram por não mais relembrar dos acontecimentos traumáticos do passado. Com essa pesquisa, nos deparamos com o fato de que os adultos da época cultivaram a memória afetiva para com o Cerro; contudo, as crianças e adolescentes que viveram essa mudança não encaram o mesmo lugar de forma equivalente: seus relatos apresentam uma relação identitária somente com o bairro Kennedy. Portanto, o presente trabalho buscou resgatar as lembranças de um bairro que passou por diversas transformações, tanto positivas como negativas. Percebemos que ainda há muito a ser alcançado em melhorias, grande parte dessas, só teria sido possível graças à arrecadação de impostos, porém, tanto o Cerro como o Kennedy, são alvos de fomentos do governo federal: o primeiro contará com o acesso à revitalização da Enfermaria Militar (que se transformará no Centro de Interpretação do Pampa), e o segundo já possui uma universidade federal que busca dialogar com a população adjacente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou, a partir da análise das fontes (orais, das informações das Atas da câmara de vereadores e do jornal “A Fôlha”), compreender como se deu a trajetória da comunidade Cerro da Pólvora nas décadas de 1960-1970. Nosso trabalho constituiu-se na elaboração de três abordagens: a primeira delas, análise metodológica; a segunda e terceira, respectivamente, da análise das entrevistas, das Atas e dos jornais, a fim de responder nossa problemática.

Como já referido, a primeira parte desse trabalho visou um cunho metodológico para a construção dos passos que deveriam ser percorridos nos processos de busca por informações, coleta do material, análise dos documentos e, finalmente, a redação deste.

A segunda etapa se constituiu na busca por respostas aos nossos questionamentos sobre o Cerro na década de 1960. A partir das informações das entrevistas semiestruturadas, dos dados do jornal e das Atas, observamos que os sujeitos que habitavam a região provinham de várias localidades (outros bairros de Jaguarão, da Campanha e de municípios vizinhos) e eram, em sua maioria, brancos de baixa renda. Contudo, os que viviam perto da pedreira (nas áreas de risco) eram negros com casas insalubres e propensos a quaisquer explosões, podendo perder a residência e a vida.

Percebemos, com os relatos, que a maioria dos habitantes do Cerro trabalhou nas pedreiras com baixos salários, sendo “empregados” homens, mulheres e crianças. As mulheres possuíam uma tripla jornada: trabalhavam em seus lares como donas de casas, na pedreira e como lavadeiras; todas essas rendas acumuladas não representavam o montante para sustentar as necessidades básicas que possuíam, e disso concluí-se como eram mal remuneradas.

Ao longo desse trabalho inferimos que quanto maior a humildade financeira, maior também era o sentimento de afeição ao local, demonstrados pela gratidão aos vizinhos que os ajudavam; como até as migalhas oferecidas por “padrinhos” faziam toda a diferença e estes se mostravam gratos – como no depoimento emocionante de Maria (nome fictício), que acabou por ter sua fome “saciada” observando seus “padrinhos” comerem.

Em nossa última fase da pesquisa, buscamos as informações de como ocorreu a realocação dos moradores do Cerro para o Kennedy. Com base nos dados, este não foi um processo apenas local, mas uma política nacional do Governo Federal para contenção da população (cediam-se algumas vantagens/benefícios). Também, com esse TCC, observamos que a primeira leva de casas entregues seguiu alguns interesses como, por exemplo, a retirada dos moradores da zona crítica do Cerro. Tal processo não foi motivado somente por um sentimento de “ajuda”, mas pelo risco que as famílias, moradoras das áreas de risco, traziam para si próprias (acidentes ou mortes iminentes) e para as instituições (comercial e pública), isto é, a interdição e/ou fechamento da pedreira e a oneração de pagamentos indenizatórios, de responsabilidade da prefeitura.

Levantamos essa segunda intenção, pois muitos moradores foram convencidos à mudança de forma verbal ou na “truculência”. Este último grupo, como já mencionado, se manteve firme em sua decisão de permanecer na região, contudo suas casas foram desapropriadas e derrubadas, fato que acarretou em sua expulsão do local. Percebemos que as humilhações continuaram nos jornais (com estereótipos negativos), em seu cotidiano (em episódios constantes de cortes de água e luz por não completarem o suficiente na renda que suprisse essas despesas), bem como dos demais moradores que os segregavam.

Ao decorrer desta pesquisa, buscamos analisar a formação social do Cerro da Pólvora a partir de vários aspectos como, por exemplo, pelas adversidades presentes nas famílias, vindas de vários municípios, dos pontos periféricos da cidade de Jaguarão e sua zona rural. Praticamente, todos tinham em comum os mesmos propósitos: buscavam um trabalho para a subsistência de suas famílias. O

meio pelo qual alcançaram tal propósito foi o trabalho árduo junto à pedreira, principal fonte de renda daquela comunidade¹⁶.

Neste mesmo contexto social, foi possível mapear que a maioria das famílias que vivia em uma área de risco (expostas aos explosivos da pedreira) era de origem negra¹⁷. Algumas dessas pessoas nos relataram seus sentimentos em relação ao bairro; muitas pontuaram um vínculo afetivo ao local, contudo, mostraram certo ressentimento ao lembrarem-se das ocasiões em que se sentiram excluídas diante do restante da população jaguarense devido ao sistema de dominação econômica, política e social.

Portanto, esse estudo buscou permear outros espaços de narrativas, visando uma comunidade marginalizada socialmente, que até os dias atuais está carregada de estereótipos negativos. Dessa maneira, procuramos traçar, através das memórias de nossos atores, suas vidas, histórias, buscas por melhores condições de vida, ou seja, a luta constante pela sobrevivência a que estes estavam condicionados, e registramos aqui seus esforços em galgar novos horizontes. Dessa forma, nós, enquanto pesquisadores, temos a oportunidade, através da pesquisa em acervos e dos relatos orais, de contribuir dando “voz” a esta comunidade, evidenciando suas vitórias e frustrações. Assim, tivemos como intuito divulgar este território e, principalmente, as histórias dessas pessoas que ainda não foram retratadas no campo literário e acadêmico, rompendo com o “silêncio” e ecoando seus sonhos de igualdade.

16 Conforme relatos, muitos buscavam outras formas de trabalho em demais setores empregatícios do município de Jaguarão, mas os comerciantes locais possuíam certo distanciamento quanto a possibilidade de empregá-los.

17 Através dos relatos orais tangenciamos que a maioria dos moradores do Cerro era branca e pobre, mas os que habitavam na localidade específica de zona de risco eram negros.

REFERÊNCIAS

- **Fontes**

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Lei 748 de 10 de dezembro de 1966.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Lei 786 de 15 de julho de 1967.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Lei 801 de 11 de novembro de 1967.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal “A Fôlha” dos dias 12 de agosto de 1961- 07 de maio de 1977 .

- **Obras de Referência**

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

Dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/canteira/>> acesso em. 01.12.2014.

- **Obras Gerais**

AMADO, Janaína. **Conversando com o CPDOC no campo da história oral.** CPDOC 30 anos / Textos de Célia Camargo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, p.59-84, 2003.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-22.

BRUM, Mario Sérgio. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos.** O social em Questão, ano XVI, nº29, 2013, p. 179-208.

BRUM, Mario Sérgio. **Ditadura civil—militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973).** Cad. Metrpo., São Paulo, v. 14, nº 28, jul./dez; 2012, p. 357-379.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BRUM, Mario Sergio. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão,** v. 29, p. 179-207, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação.** In.: CASTRO, Iná Elias et. al.. **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

CAMPOS, Rafael da Costa; Ogawa Milena Rosa Araújo; Cáceres, Pedro Enrique. **Reflexões a cerca do Estágio Supervisionado III- espaços não escolares: dialogando com o Instituto histórico e geográfico de Jaguará.** Vol. 2, Nº 6 (2013), 2013.

CARIELLO FILHO, Orlando. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, 2011.

CUNHA, Edite; GARCIA, Maria; TUCHE, Marta; QUADRO, Vanira. **Ruínas da Enfermaria Militar.** Jaguarão: Secretaria do Trabalho e Cidadania, 1999.

- DETIENE, Marcel. **A Identidade Nacional, um enigma.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
- ESPIG, Márcia Janotti. **Notícias de uma Guerra Centenária: o Movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916).** 1. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2013. v. 1. 80p. .
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FLORES, Moacyr. **Heródoto e a construção da história.** Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, p. 09 - 16, 01 abr. 2011.
- FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- FREIRE, Eduardo Duarte, etall. **Lomba do Pinhiero (Memória dos Bairros).** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2000.
- KERSTING, Eduardo H. de Oliveira. **Negros e a modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920).** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção de título de mestre em História, 1998.
- LIMA, Andrea da Gama ; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico.** In:AL-ALAM, C. C.; SILVA, A. F.; FRAGA, H.; FERRER, E.. (Org.). Ensino de História no CONESUL: patrimônio cultural e fronteiras.. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- MELO, Jaqueline Lima Ximenes. **Da contribuição do método comparado para história.** Revista Historiador, 2012.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ. **A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 14, n.2, p. 147-161, 2002.

PERLAN, Janice, E. **Marginalidade: Do mito a Realidade nas favelas do Rio de Janeiro 1969-2002.** X Encontro Nacional da Anpur., v.10, 2003

PORTE, Elena Teixeira. **Em busca das fontes perdidas: Um estudo sobre a Ditadura Civil-Militar em Jaguarão- RS a partir das Atas da Câmara de Vereadores e do jornal “A Fôlha” (1964).** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa para obtenção do título de licenciado em História. Jaguarão, 2014.

QUEIRÓS, César Augusto B. **O positivismo e a questão social na Primeira República (1895-1919).** Guarapari: Ex. Libris, 2007.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra; LIMA, Andréa Gama. **Cidade, Memória e Política: Jaguarão/RS Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. História Oral** (Rio de Janeiro), v. 16, p. 129-148, 2013.

OLIVEIRA, E. S.; CASIMIRO, A. P. B. S. **Os Annales por Peter Burke – Uma visão larga e profunda.** Revista HISTEDBR On-line, v. 25, p. 268-270, 2007.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, v. 14 n.14, p. 25-39, 14.fev. 1997.

SANTHIAS, Paulo Roberto. [**Sociabilidades e sentidos na Praça XV. Entrevista com o professor Émerson César de Campos.**](#) Revista História Agora, nº 9, p.1-18, 15.nov. 2010.

SOUZA, Edevaldo Apavaredo; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade. Anais do VI Simpósio de Geografia** (SIMGEO), 2007.

TAVARES, Cristiane; Müller, Lillian Espindola; SPIRONELLO, Rosangela Lurdes. **Caracterização dos aspectos fitogeográficos e geomorfológicos do alto do Cerro da Pólvora-Jaguarão-RS.** In: **Anais do XVI Encontro Nacional dos**

Geográfos, 2010, Porto Alegre. XVI Encontro Nacional dos Geográfos - crise práxis e autonomia: espaços de resistências e esperanças. Porto Alegre: AGB, 2010, p. 1-9.

ZOZI, Mariciana. **De quem é a Cidade Heróica?** Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão. Rio Grande do Sul (1982-2011), Pelotas: UFPEL, 2012.

- **Fotos:**

Foto 1: Sr. Virgílio Santos, último remanescente ainda da década de 1960 que continua com o trabalho manual de quebra de pedras no Cerro da Pólvora – Créditos: Alzemiro Gonçalves.

Fotos 2 e 3: Ilustrações das habitações no ano de 1963 - Arquivo pessoal da família Gonçalves Rosa.

Foto 4: Monumento do Cristo em Jaguarão-RS – Créditos: Alzemiro Gonçalves

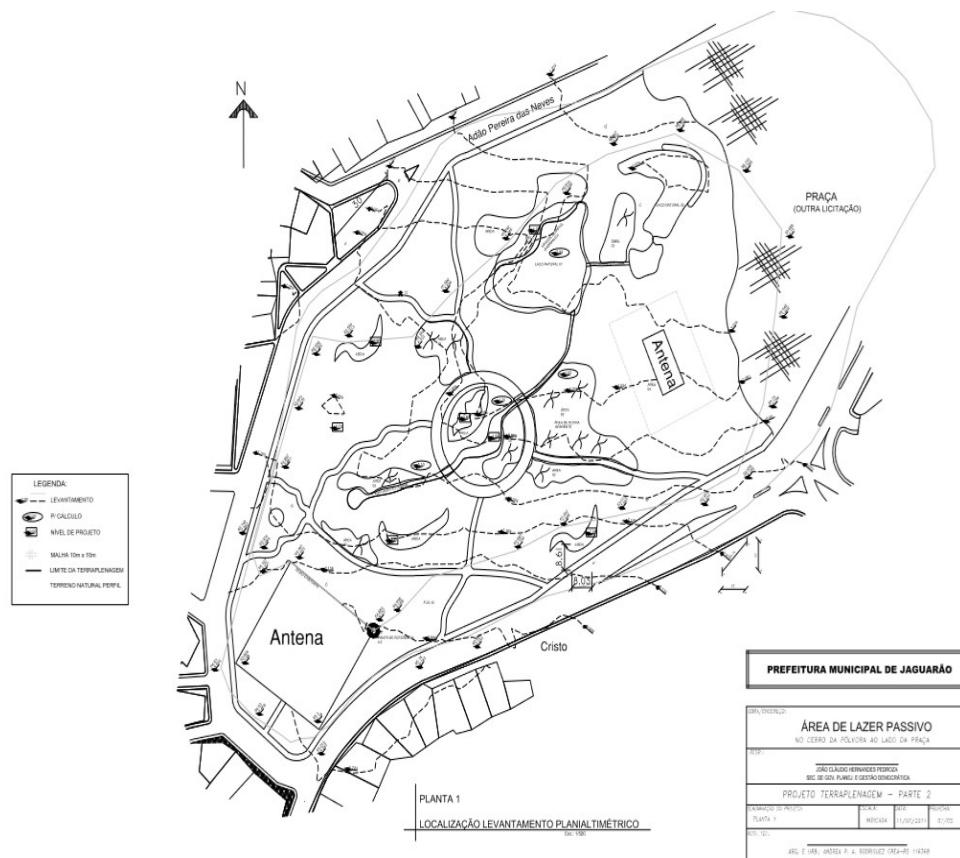
Foto 5: Enfermaria Militar em 1963 - Acervo pessoal da família Vaz.

Fotos 6 e 7: Casas do Prolongamento da Júlio de Castilhos - Arquivo pessoal da família Gonçalves Rosa.

Foto 8: Casas das casas entregues pela COHAB - Arquivo pessoal da família Perez.

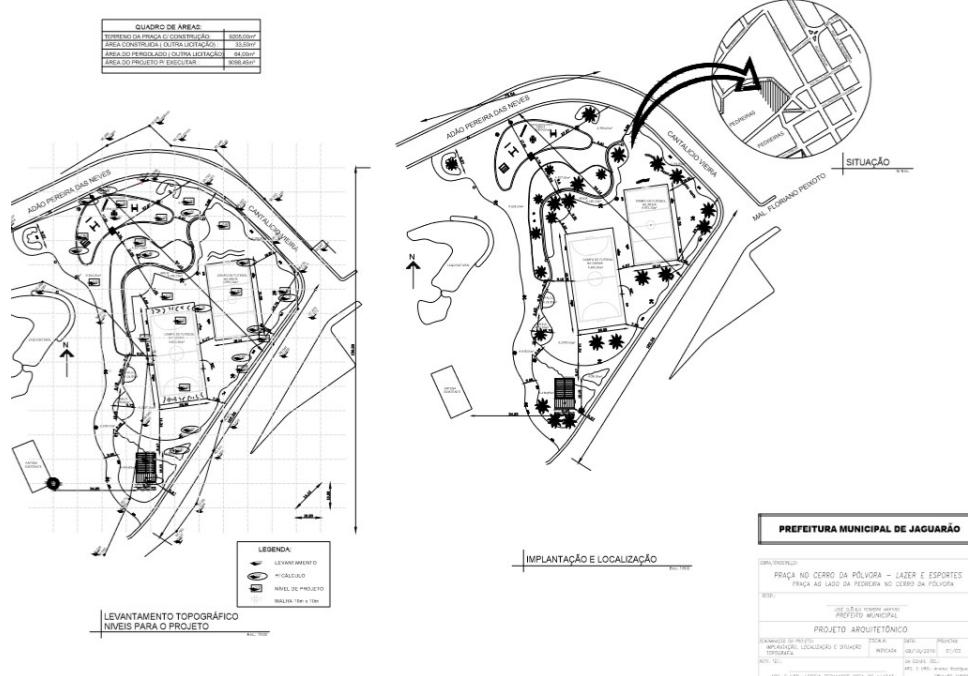
Anexos

1) Planta da Localização levantamento planial timétrico do Cerro:



Fonte: Secretaria do Planejamento e Habitação

2) Planta da Implantação e Localização do Cerro:



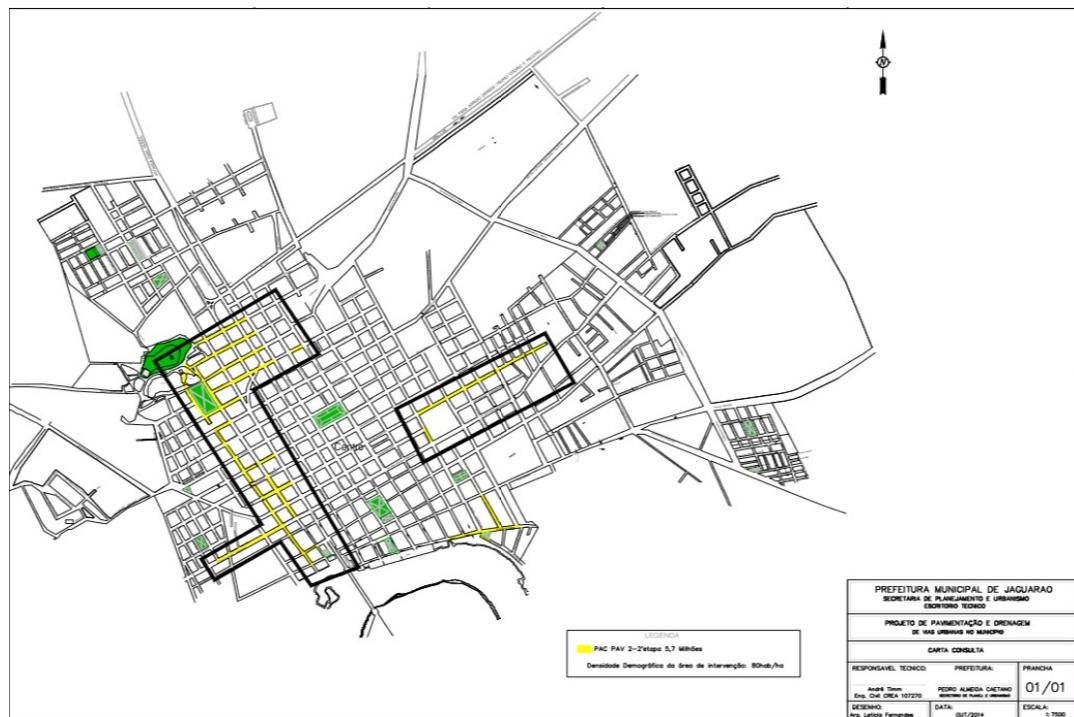
Fonte: Secretaria do Planejamento

3) Planta do Projeto Finalizado



Fonte: Secretaria do Planejamento

4) Mapa Físico da região do Cerro da Pólvora



Fonte: Secretaria do Planejamento